

Entre a norma e a prática: A questão ambiental na Venezuela

Doris Aleida Villamizar Sayago *

Resumo

Este artigo refere-se às questões ambientais na Venezuela mostradas por meio da formulação de instrumentos jurídicos e a criação de órgãos institucionais que as regulam e determinam. Apresenta uma breve discussão sobre a ação do estado venezuelano no que diz respeito ao meio ambiente e a distância que existe entre a norma e a prática de leis, decretos e regulamentos. Na primeira parte situamos, brevemente, ao leitor, histórica e geograficamente; na segunda apresentamos dados sobre desmatamento; a Amazônia venezuelana é tratada na terceira parte e na quarta discutimos a ação do Estado em termos de sua capacidade de regulamentação jurídica.

Palavras chaves: Venezuela, Meio-ambiente, legislação ambiental, Amazonas.

Introdução

O presente artigo pretende contribuir na compreensão da questão ambiental venezuelana, a partir de uma revisão macroscópica, no tocante às leis e decretos que a determinam.

Na Venezuela, a preocupação com a questão ambiental surge, de maneira mais clara, com a promulgação da Lei Orgânica do Ambiente, em 1976, e a criação do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (MARNR), em 1977, no marco do lema "ambiente e desenvolvimento".

Nessa época, houve grande preocupação por aprovar a Lei Orgânica do Ambiente com o intuito de formar organizações que trabalhassem pela conservação, defesa e melhoramento do ambiente. Este processo aconteceu entre 1977 e 1979. Também, nessa década, iniciavam-se as primeiras preocupações com a

* Doutora em sociologia pela Universidade de Brasília-UnB, pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS/UnB. E-mail: dorissayago@hotmail.com

educação ambiental. Nasceram as primeiras ONG's venezuelanas¹ e assinavam-se os primeiros acordos com o Ministério de Educação por meio dos quais incorporavam-se programas de educação ambiental nas escolas do país.

Os princípios que norteiam o MARNR, desde sua criação, são: a) o tratamento integral do meio ambiente; b) a compatibilidade entre meio ambiente e desenvolvimento; c) o aproveitamento auto-sustentável dos recursos naturais renováveis; e d) o direito a condições ambientais adequadas. São princípios que, na realidade, estão esquecidos nas práticas diárias.

Para melhor entender a questão ambiental, na Venezuela, dividimos o trabalho em cinco partes. Na primeira situamos, brevemente, ao leitor, histórica e geograficamente; na segunda apresentamos dados sobre desmatamento; a Amazônia venezuelana é tratada na terceira parte; na quarta discutimos a ação do Estado em termos de sua capacidade de regulamentação jurídica. No último item fazemos uns breves comentários finais.

O cenário venezuelano

A Venezuela está situada ao norte da América do sul, entre os paralelos 00° 45' e 15° 40' latitude norte, entre os meridianos 59° 45' e 73° 25' longitude oeste. Limita, ao norte, com a República Dominicana, Antilhas Neerlandesas, Porto Rico e Ilhas Virgens estadunidenses. Ao leste com Martinica e Guadalupe, Trinidad-Tobago e Guiana. Ao sul com Brasil e Colômbia e, ao oeste com Colômbia. Apresenta por sua situação geográfica, ecossistemas com características biofísicas bastante dissimiles, como o amazônico, o andino, o caribenho e o ecossistema do atlântico.

O país está dividido em 23 estados, o distrito capital e dependências federais conformadas por 311 pequenas ilhas que integram o espaço marítimo. Ocupa uma área de 916.445 km² e possui 20.947.543 milhões de habitantes segundo o censo

¹ As principais Ong's que atualmente dedicam suas atividades à conservação da diversidade biológica são: FUDECI -Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais, AUDOBON de Venezuela- Monitoramento de Aves, Econatura -Associação Educativa para a Conservação da Natureza, Fundação La Salle de Ciências Naturais, ACOANA -Associação Venezuelana para a Conservação das Áreas Naturais, PROVITA -Programa Ilhas do Caribe, FUDENA -Fundação para a Defesa da Natureza, Fundação Willam H. Phelps e Fundatrópicos (Ver tabela 2 e 3).

de 1990. O 85% de sua população está situada no eixo centro-norte-litorâneo o que lhe caracteriza como país predominantemente urbano.

A população indígena, segundo o último censo indígena realizado em 1992, é de 314.772 indígenas distribuídos em 25 etnias. A mais numerosa é a etnia Wayuu (Guajiros) com 179.318 integrantes que representam 57% do total da população indígena. Outras etnias importantes, em população, são os Warao com 24.555 integrantes; os Pemón com 20.607; e os Yanomami com 9.717. A etnia Mapoyo conta apenas com 189 membros (Figura 1).

Figura 1. Mapa dos grupos Indígenas da Venezuela



arti
ocup
Gara
rece
virã

critérios para a realização deste processo de demarcação, que será coordenado pelo MARNR, ainda não foram definidos. Na antiga constituição a única referencia às populações

ite no
terra
ação e
genas,
os que
co, os

² A Lei de Demarcação e Garantia do Habitat e Terras dos Povos Indígenas equivale, no Brasil, ao Estatuto do Índio.

indígenas estava inserida na lei de reforma agrária. Nela, os recursos do solo, os recursos naturais e as águas eram das comunidades indígenas sempre que dentro de pequenas parcelas.

Como aponta Medina Puig (1994, 188) há um processo de "expropriação de vastos territórios indígenas para adjudicá-los à exploração mineira, florestal e para satisfazer os apetites locais de pequenos empresários". No caso do estado Amazonas, os altos índices de migração, têm incrementado os conflitos pela terra entre os brancos e as populações indígenas.

A economia venezuelana, até 1914, estava centrada na produção de café, cacau e gado. Posteriormente, na década de 30, com a descoberta petrolífera, o país passou a ocupar lugares importantes, ao nível mundial, como exportador de petróleo. Isto lhe permitiu, na época, ser o país com o maior índice *per capita* da América Latina. Apesar da queda dos preços do petróleo a nível mundial, no final da década de 1980, o setor representava, ainda, 80% do total de exportações e 57% das receitas do Estado. Atualmente, ocupa o sexto lugar entre os países produtores de petróleo e o sétimo como exportador.

A década de 1990 iniciava-se com bastante movimento. Duas tentativas de golpe de Estado, em 1992, marcaram o panorama nacional com altas taxas de juros e inflação.

Pesquisas realizadas recentemente, na Venezuela, mostram que mais de 2 milhões de venezuelanos, isto é, 10% da população, carecem de saneamento básico, moram em cômodos superlotados, têm os filhos fora da escola e são excluídos dos serviços básicos de saúde. Vários estados do território nacional apresentam estes problemas. Dentre eles destaca-se o estado Amazonas com o maior índice de desnutrição (GENATIOS, 1999, 23).

O desmatamento na Venezuela

Segundo o mais recente relatório sobre desenvolvimento mundial do Banco Mundial,³ o desmatamento anual por Km², na Venezuela, no quinquênio 1990-1995 foi de 5.034 com uma variação média anual de 1.1%. As grandes reservas situadas ao

³ Banco Mundial, relatório sobre desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza.

sul do país, têm enfrentado o problema da exploração das minas de ouro e diamantes.

Durante os últimos quinze anos, o país tem registrado as mais altas taxas de desmatamento da América Latina. Na década de 70, as taxas de florestas derrubadas atingiam 245.000 ha/ano. Já, na década seguinte, a taxa subiu até 6000.000 ha/ano. Entre 1980 e 1990, a área destruída foi maior que a extensão da Costa Rica e a taxa de desmatamento, nos anos 80, foi o dobro da taxa de desmatamento do Brasil. E, ainda, entre 1990 e 1995 o desmatamento conseguiu alcançar a cifra de 503.000 ha/ano, isto é, o equivalente a um hectare por minuto (CENTENO, 2001).

A Venezuela não escapa aos processos de desmatamento causados, na sua maior parte, pela colonização agrária. A expansão agropecuária, nas florestas venezuelanas, que acontece desde a década de 1980, tem afetado o ecossistema. Reservas florestais estão sendo utilizadas na agricultura. Atualmente, a maior parte das florestas exploradas está diretamente relacionada com a expansão da agricultura e a criação de gado.

Áreas delimitadas como florestas permanentes foram destruídas, mesmo dentro de zonas protegidas, ou em reservas florestais.

O aproveitamento das reservas florestais venezuelanas deve estar regido pela Lei Florestal de Solos e Águas. Contudo, apenas, duas reservas, contam, atualmente, com o Plano de Ordenamento e o Regulamento de Uso. As quatro maiores reservas do país, situadas ao sul, representam mais do 90% do total da superfície de reservas do país, ou seja, aproximadamente 103.000 km². Imataca, é a maior delas e desde o ponto de vista sócio-econômico e, junto com as reservas de Ticoporo, São Camilo e Caparo, são as mais visadas.⁴

A preocupação do Estado Venezuelano com o patrimônio natural o levou a implementar, em 1983, os chamados Planos de Ordenação Territorial contidos na Lei Orgânica para a Ordenação do Território - LOPOT. Segundo o art 2º. desta Lei, a Ordenação do Território,

⁴ A reserva de Ticoporo foi criada em 1955 e as reservas de São Camilo e Caparo foram criadas na década de 60. Estão localizadas nos estados Barinas e Apure.

representa o conjunto de ações destinadas à regulação e promoção da localização de assentamentos humanos, das atividades econômicas e sociais da população, assim como do desenvolvimento físico- espacial, com o fim de lograr a harmonia entre o maior bem-estar da população, a otimização da exploração dos recursos naturais e a proteção e valorização do meio ambiente (BAV-MARNR p.103)

E, ainda, na nova constituição de 1999, no artículo 128 referente á ordenação do território aponta que

"O Estado desenvolverá uma política de ordenação do território atendendo às realidades ecológicas, geográficas, populacionais, sociais, culturais, econômicas, políticas de acordo com as premissas do desenvolvimento sustentável"

Além dos Planos de Ordenação Territorial, existem na mesma lei, os Planos das Áreas sob Regime de Administração Especial-ABRAE, criados com o objetivo de conservar e garantir o futuro do patrimônio natural. O país conta, nesse sentido, com normas, leis e planos que, em teoria, permitem proteger o meio ambiente territorial.

Existem, na Venezuela, 249 Áreas sob Regime de Administração Especial, que atendem uma superfície aproximada de 42 milhões de hectares, representando o 46% do território nacional. Nestas áreas é permitida a produção florestal permanente. Assim, como o aproveitamento hidrelétrico, reflorestamento, plantações, pesquisa integral, e aproveitamento comercial das espécies de flora e fauna de maneira racional (BAV-MARNR pp. 104-105).

A Reserva Florestal de Turén, situada no estado Portuguesa, por exemplo, sofre a falta de um plano de ordenação e de manejo florestal adequado. A presença de camponeses no seu interior e a existência de solos com alto potencial agrícola, provocaram um crescimento agrícola de grande magnitude. Portanto, hoje, a reserva está quase totalmente, dedicada a cultivos para as indústrias de óleo, farinha e alimentos concentrados para animais. A área de reserva originalmente tinha 116.400 hectares. Atualmente, só ficam 23.000 hectares de floresta. É uma área decretada

como "Reserva Florestal" mas está sendo destinada à produção agrícola de grande escala.

As ABRAE ocupam uma extensão aproximada de 51.0 milhões de hectares que equivalem ao 55,6 % do território nacional. Estão distribuídas da seguinte maneira: 39 parques nacionais (12,95 milhões de hectares), 17 monumentos naturais (1,05 milhões de hectares), 49 zonas protetoras (13,0 milhões de hectares) que cuidam das margens dos rios, vazias hidrográficas e do curso das águas (Tabela 1).

Tabela 1
Áreas sob regime de Administração Especial
Venezuela

Categoria de Uso	Categoria	Total
1.- Áreas de preservação permanente de uso restrito	Parques Nacionais	43
	Monumentos Naturais	41
	Refúgios de Fauna Silvestre	07
2.- Áreas protegidas de uso controlado	Reservas de Biosfera	02
	Reservas Nacionais Hidráulicas	13
	Reservas de Fauna Silvestre	02
	Áreas Críticas com Prioridade de Tratamento	07
	Área de Proteção de Obras Públicas	13
	Zonas de Reserva para a construção de hidrelétricas e barragens	02
	Áreas de recuperação ambiental e proteção	02
	Zonas protetoras	57
3.- Áreas para uso produtivo	Reservas Florestais	10
	Áreas florestais sob proteção	39
	Áreas de Aproveitamento	06
	Área rural de desenvolvimento integrado	05

Fonte: MARN/ FUNDAMBIENTE. Caracas, 1998.

A preocupação com o meio ambiente, traz à tona pesquisas realizadas pelas próprias ONG's venezuelanas, interessadas em conhecer o movimento ambientalista e sua repercussão na sociedade. Em 1993, a Associação Educativa para a Conservação da Natureza- EcoNatura realizou um levantamento das organizações não governamentais venezuelanas dedicadas às questões do meio-ambiente, fornecendo uma primeira idéia bastante global. Em 1998, o Serviço de Apoio Local- SOCSAL, em pesquisa semelhante, mostrava a existência de 231 ONG's ambientalistas no país. Recentemente a Rede de Organizações Ambientalistas não Governamentais de Venezuela- Red Ara retomou e atualizou a pesquisa da EcoNatura e do SOCSAL proporcionando informações mais detalhadas que permitem caracterizar o movimento ambientalista venezuelano. Nos últimos anos o movimento tem crescido e buscado parcerias tanto ao nível nacional quanto internacional. O maior número de ONG's está concentrado no eixo centro-norte-litorâneo. Destacam-se o Distrito Federal e os estados vizinhos(Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição espacial das ONG's venezuelanas

Unidade Federal	Nº total de organizações	%
Amazonas	3	0,70
Anzoategui	15	3,54
Apure	3	0,70
Aragua	38	8,96
Barinas	11	2,59
Bolívar	12	2,83
Carabobo	23	5,42
Cojedes	4	0,94
Delta Amacuro	5	1,18
Distrito Federal	57	13,44
Falcón	16	3,77
Guárico	13	3,07
Lara	15	3,54
Mérida	34	8,02
Miranda	42	9,90
Monagas	11	2,59
Nueva Esparta	13	3,07
Portuguesa	9	2,12
Sucre	11	2,59
Táchira	16	3,77
Trujillo	24	5,66
Yaracuy	12	2,84
Vargas	6	1,41
Zulia	31	7,31

Total	424	100
-------	-----	-----

Fonte: <http://www.redara.org>

Os temas mais tratados pelas ONG's ambientalistas são a educação ambiental, impacto ambiental, reflorestamento, ecoturismo, uso sustentável do meio ambiente e pesquisa e monitoramento. Segundo a Red Ara, o 50% das ONG's ambientalistas têm menos de 10 anos de criadas, 23% têm entre 10 e 20 anos e 13% tem entre 20 e 30 anos (tabela 3).

Tabela 3
ONG's ambientalistas venezuelanas (1930-1999)

Décadas	ONG
1930	1937- Associação de Escoteiros; 1937- Centro de Excursionistas Caracas; 1938- Fundação Phelps ; 1939- Sociedade Venezuelana de Ciências Naturais.
1950	1957- Fundação La Salle.
1960	1963- Fundação Científica Los Roques ; 1964- Consorcio Río Yaracuy; 1968- Centro de Excursionismo Miguel Angel González; 1968- Estação Biológica Dr. Alberto Fernández Yépez.
1970	1970- Sociedade Conservacionista Audubon de Venezuela; 1972- Sociedade Ecológica Conservacionista Aragua; 1973- Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais- FUDECI; 1974- Sociedade Conservacionista Aragua; 1975- Sociedade Conservacionista Sucre; 1975- Fundação para a Defesa da Natureza- FUDENA; 1977- Fundação Polar; 1979- Sociedade Conservacionista de Falcón.
1980	1980- Asobaba; 1981- Fundação Museu do Mar; 1981- Aproa; 1982- Terramar; 1984- Sadarbol ; 1987- Provita ; 1987- Geografía Viva; 1987- Econatura.
1990	1991- Rede ARA 1992-Fundação Terra Viva 1992-CECODA Sabas Nieves 1993-Fujucavi

	1992-Fundambiente Guayana
	1993-Ecojogos
	1995-Fundamanatara
	1995- ACOANA
	1996- Funpana
	1996- GAIA
	1996- Fundação Desenvolvimento Sustentável da Venezuela
	1997- Coalção Orinoquia Amazônia
	1996- Ecologia Radical
	1997- CENDI
	1998- Bioandina
	1999- Fundambiente Anzoátegui
	1999- Fundação Arvore dos Golfinhos

Fonte: Fundação para a Defesa da Natureza-FUDENA (<http://www.fudena.org>)

O amazonas venezuelano

O Território Federal Amazonas, hoje estado Amazonas, caracteriza-se pela presença de dezessete etnias indígenas. Dos 21000 ⁵ indígenas Yanomami, 9.717 estão na Venezuela. O restante da comunidade habita no território brasileiro. Com a Colômbia compartilha as etnias Kurripaco, Guajibo e Baré. Fatores geográficos, econômicos e etno-culturais dão a esta região características particulares de megareserva natural de grande valor geopolítico.

Localizado no extremo sul do país, é o único estado venezuelano cujas fronteiras, na sua maioria, são internacionais. Dos 1650 km de fronteira, 960 correspondem ao limite com Brasil e, 690 com a Colômbia. Destes limites, 90% são fluviais conformados por rios internacionais. Compartilha a vazia do Rio Orinoco com a Colômbia e, a vazia do rio Amazonas com 6 países, a saber: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana e Peru. (Ver MEDINA PUIG, 1978).

O estado Amazonas ocupa aproximadamente uma quinta parte do país. O 49% do território estadual está sob o regime das ABRAE (Tabela 4).

TABELA 4
ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO ESTADO AMAZONAS-ANAPRO

⁵ Segundo censo indígena de Venezuela, OCEI 1992.

Venezuela

ANAPRO	No.	Superfície (hectares)
Parques nacionais	4	5.476.500
Monumentos naturais	18	3.050.000
Reservas florestais	01	1.215.000
Reserva de biosfera	01	8.871.500
% da superfície territorial		49%

Parques nacionais no estado Amazonas	
Parque Nacional La Neblina	1.219.600
Parque Nacional Yapacana	316.600
Parque Nacional Duida-Marahuaca	190.300
Parque Nacional Parima- Tapirapeco	3.750.000
	5.476.500

Fonte: García Montero. SADA-AMAZONAS, 1999.

O estado possui uma extensão de 180.375 km², aproximadamente 20% do território nacional. Com uma população de 64.000 habitantes, isto é, uma densidade de 4 habitantes por cada 10 km² (OCEI, Censo de 1990). (Figura 2).

**Figura 2. Mapa do estado Amazonas
Venezuela**



Fonte: <http://www.a-venezuela.com>

Possui uma alta diversidade botânica, de fauna e ecológica. Entre os recursos minerais podemos citar: ferro, alumínio, manganês, bauxita, ouro, estanho, diamante e urânio.

A economia do estado está centrada na agricultura, caça, pesca, coleta de frutos e artesanato. No comércio de mandioca e banana, próprio das comunidades indígenas e, na exploração de madeira e minerais como ouro e diamantes.

Apesar de estar conformado pelas ABRAE não conta com uma adequada vigilância e controle. Tanto as populações indígenas como o próprio ecossistema sofrem constantes invasões e danos irreversíveis (MEDINA PUIG,1978).

Assim,

a baixa densidade populacional (0,49 hab. por km²), e a pouca presença do Estado, fazem que este território seja presa fácil para a penetração ilegal de 'religiosos', 'cientistas', turistas, garimpeiros, (...) que agem sobre ele sem que exista um verdadeiro controle por parte das autoridades competentes (MEDINA PUIG, 1978,13).⁶

A ação do Estado no Amazonas venezuelano

Desde o início da democracia, em 1958, vem sendo elaborados os Planos da Nação. Corresponde a cada estado elaborar, paralelamente, os próprios Planos de Ordenamento segundo suas características específicas. Desta maneira,

para o estado Amazonas foram elaborados até agora dois (2) Planos de Ordenamento (...) que têm sua base de referência em um estudo prévio solicitado pelo Executivo Nacional, a través do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (MARNR) conjuntamente com o Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobre o diagnóstico e as estratégias de desenvolvimento para diferentes regiões político-administrativas do país e entre as quais estava o anterior Território Federal Amazonas, hoje, estado Amazonas (MEDINA PUIG, 1994).

O estado Amazonas implementa medidas de caráter institucional e de caráter jurídico. Entre as medidas de caráter institucional podemos mencionar: a) a criação do Serviço Autônomo para o Desenvolvimento Ambiental do Território Federal Amazonas -SADA-AMAZONAS segundo decreto presidencial de 7/06/1989 e; b) a criação do Centro

⁶ Um exemplo da penetração ilegal de religiosos é a presença da seita religiosa evangélica Novas Tribos. Entraram na Venezuela, em 1946, permanecendo ainda hoje no estado Amazonas. O Estado não tem o controle nem a vigilância desta seita, no que diz respeito à educação e à prática religiosa deste grupo.

Amazônico de Investigações Ambientais Alejandro Humboldt (CAIAH) segundo o decreto de 22/02/1990.

A implementação das Áreas sob Regime de Administração Especial e a Lei Orgânica de Ordenação do Território, certamente são o passo definitivo da política ambiental do país na busca de um tratamento especial ao ambiente e à diversidade biológica. Contudo, a política ambiental venezuelana está amparada em uma extensa lista de decretos, regulamentos e decisões que conformam a legislação ambiental da Venezuela (Tabela 5).

Tabela 5
Legislação venezuelana de proteção das florestas (1965-1996)

Ano	Instrumento Legal	Relevância
1965	Lei Florestal de Solos e Águas	-Regulamenta o manejo e uso dos recursos florestais; -Proíbe atividades extrativistas; -Estabelece zonas de proteção para as principais vazias;
1970	Lei de Proteção à fauna silvestre	-Estabelece reservas, refúgios e santuários de fauna silvestre; - Estabelece normas de caça;
1976(a)	Lei Orgânica da Administração Central	-Cria o Ministério do Ambiente;
1976(b)	Lei Orgânica do Ambiente	-Estabelece diretrizes de conservação ambiental, criação e proteção de reservas florestais;
1978	Decreto 2552	-Proíbe a derrubada de caráter industrial no estado Amazonas;
1983	Lei Orgânica para ordenação do Território	-Estabelece processos de ordenação territorial e procedimentos administrativos de planejamento em áreas protegidas;
1984	Resolução 332	-Estabelece os requisitos para extração mineira;
1989 (a)	Decreto 276	-Define a administração e manejo de parques e monumentos naturais; -proíbe atividades mineiras em parques e monumentos naturais;
1989(b)	Decreto 269	-Proíbe qualquer atividade mineira no estado Amazonas;
1990	Decreto 636	-Proíbe qualquer atividade florestal em reservas;
1991(a)	Decreto 1738	- Proíbe toda atividade mineira que destrua o meio ambiente; - Estabelece os estudos de impacto ambiental das atividades de mineração;
1991(b)	Decreto 1740	- Exige permissão para o uso de

		mercúrio;
1991(c)	Decreto 1742	Reconhece a importância da vazia do Alto Caroní na geração de energia;
1992 (a)	Lei Penal do Ambiente	-Estabelece multas e penas nos atos de degradação do meio ambiente;
1992 (b)	Decreto 2214	-Estabelece normas de regulação de atividades nas reservas florestais.;
1992 (c)	Decreto 2219	-estabelece os requisitos para exploração de terras por parte das companhias de mineração;
1994	Lei Aprobatoria do convênio sobre Diversidade Biológica	-Ratifica o Convênio sobre Diversidade Biológica;
1996 (a)	Decreto 1257	-Estabelece as normas para desenvolver avaliações de impacto ambiental;
1996 (b)	Decreto 1850	Realiza a Ordenação Territorial da Reserva Florestal Imataca e permite atividades de mineração em 40% da sua superfície;

Fonte: Ministério do MARNR. Balance Ambiental de Venezuela. Caracas, 1995.

As medidas, de caráter jurídico, que o estado venezuelano tem implementado, podem ser resumidas nos decretos e leis que proíbem a derrubadas, desmatamento e exploração da floresta amazônica. Assim, como a proibição de atividades ilegais de mineração e regulamentos que cuidem da atividade turística e de lazer no estado. As tabelas 6 e 7 mostram os convênios internacionais assinados por Venezuela (1940-1990) e os mecanismos jurídicos de proteção das florestas desde a década de 60 até a década de 90, respectivamente.

Tabela 6
Convênios internacionais sobre diversidade biológica
assinados por Venezuela.
(1940-1990)

Convênios	Ano
1.- Proteção da Flora, Fauna e Belezas Naturais dos Países Americanos. (Convênio de Washington)	1941
2.- Pesca e Conservação dos Recursos Vivos de Alta Mar	1961

3.- Plataforma Continental	1961
4.- Proteção Fitosanitaria	1966
5.- Habitat de Aves Aquáticas	1971
6.- Conservação do Atum do Atlântico	1975
7.- Comercio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (CITES)	1977
8.- Proibição do Desenvolvimento, da Produção e o Armazenamento de Armas Bacteriológicas (biológicas) tóxicas e sobre sua destruição	1978
9.- Proteção e Desenvolvimento do Meio Ambiente e as Zonas Costeiras da Região do Caribe (Convênio de Cartagena).	1986
10.- Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	1990
11.- Regulamentação da Caça da Baleia	1991
12.- Diversidade Biológica	1994
13.- Protocolo relativo às áreas Flora e Fauna Silvestres especialmente protegidas do Convênio para a Proteção e Desenvolvimento do Meio Marinho na Região do Caribe	1996
14.- Luta contra a Desertificação	1998

Fonte: MARN. Primer Informe de Venezuela sobre Diversidad Biológica. Caracas, 2000.

O conjunto de resoluções e decretos, promulgados pelo estado venezuelano sobre meio ambiente, constitui uma plataforma sólida desde o ponto de vista jurídico, mas a execução destas normas e a falta de sucesso de programas e projetos de desenvolvimento sustentável demonstram a ineficiência destes instrumentos jurídicos.

Tabela 7.
Legislação venezuelana de proteção das florestas (1965-1996)

Ano	Instrumento Legal	Relevância
1965	Lei Florestal de Solos e Águas	-Regulamenta o manejo e uso dos recursos florestais; -Proíbe atividades extrativistas; -Estabelece zonas de proteção para as principais vazias;
1970	Lei de Proteção à fauna silvestre	-Estabelece reservas, refúgios e santuários de fauna silvestre; - Estabelece normas de caça;
1976(a)	Lei Orgânica da Administração Central	-Cria o Ministério do Ambiente;
1976(b)	Lei Orgânica do Ambiente	-Estabelece diretrizes de conservação ambiental, criação e proteção de reservas florestais;
1978	Decreto 2552	-Proíbe a derrubada industrial no estado Amazonas;
1983	Lei Orgânica para ordenação do Território	-Estabelece processos de ordenação territorial e procedimentos administrativos de planejamento em áreas protegidas;
1984	Resolução 332	-Estabelece os requisitos para extração mineira;
1989 (a)	Decreto 276	-Define a administração e manejo de parques e monumentos naturais; -proíbe atividades mineiras em parques e monumentos naturais;
1989(b)	Decreto 269	-Proíbe qualquer atividade mineira no estado Amazonas;
1990	Decreto 636	-Proíbe qualquer atividade florestal em reservas;
1991(a)	Decreto 1738	- Proíbe toda atividade mineira que destrua o meio ambiente; - Estabelece os estudos de impacto ambiental das atividades de mineração;
1991(b)	Decreto 1740	- Exige permissão para o uso de mercúrio;
1991(c)	Decreto 1742	Reconhece a importância da vazia do Alto Caroní na geração de energia;
1992 (a)	Lei Penal do Ambiente	-Estabelece multas e penas nos atos de degradação do meio ambiente;
1992 (b)	Decreto 2214	-Estabelece normas de regulação de atividades nas reservas florestais.;
1992 (c)	Decreto 2219	-estabelece os requisitos para exploração de terras por parte das companhias de mineração;
1994	Lei Aprobatoria do convênio sobre Diversidade Biológica	-Ratifica o Convênio sobre Diversidade Biológica;

1996 (a)	Decreto 1257	-Estabelece as normas para desenvolver avaliações de impacto ambiental;
1996 (b)	Decreto 1850	Realiza a Ordenação Territorial da Reserva Florestal Imataca e permite atividades de mineração em 40% da sua superfície;

Fonte: Ministério do MARNR. Balance Ambiental de Venezuela. Caracas, 1995.

Comentários finais

Desde o ponto de vista jurídico são numerosos os decretos e resoluções geradas pelo governo federal. Contudo, atividades ilegais parecem reproduzir-se. O contrabando, a mineração ilegal, narcotráfico, imigração ilegal , entre outros fatores caracterizam a região. Foge-se das normas, decretos e resoluções porem do controle e da vigilância na região. Atualmente, a Venezuela só conta com disposições isoladas para casos particulares. Existe um marco legal bem definido e a questão ambiental venezuelana está, teoricamente, bem amparada. Pressões da sociedade civil e em especial das ONG's tanto nacionais quanto internacionais, obrigam ao Estado venezuelano a implementar estratégias de desenvolvimento sustentável. Contudo a distância entre a norma e a prática ainda é grande.

Durante as últimas décadas foram criadas fundamentalmente medidas jurídicas que atenderam a motivos e propósitos parciais. Muitas delas responderam a demandas momentâneas de caráter sócio-econômico e políticas. Tem-se avançado, sim, neste debate, nos últimos anos mas ainda fica um amplo caminho por percorrer . Está comprovado que o desenvolvimento sustentável não se consegue só com decretos que tentam seguir à risca as exigências internacionais. Uma condição para o avanço seja, talvez, respeitar a diversidade nacional e regional usando uma estratégia que permita olhar para dentro da América latina.

Referências Bibliográficas

BANCO DEL CARIBE. **Las áreas naturales protegidas en Venezuela: un patrimonio que debemos conservar.** Caracas, 1992.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento sustentável 2000/2001: luta contra a pobreza**. Washington, 2001.

CENTENO, J. **Deforestación fuera de control en Venezuela**. Universidad de los Andes, Mérida. (<http://ciens.ula.ve>)

ESCANDELL GARCÍA, Héctor. “El estado Amazonas y el estilo de desarrollo deseable”. In: **Ambiente**, No. 47. Caracas: Fundambiente, 1978.

ESCANDELL GARCÍA, Héctor. “Implicaciones del pago de la deuda externa en el aprovechamiento de los recursos naturales de la amazonia Venezolana” In RAMOS de CASTRO, Edna M. e ACEVEDO MARÍN, Rosa E. **Amazônias em tempo de transição**. Belem: UFPa NAEA, ARNI, CELA, 1989.

GARCÍA MONTERO, Pedro. “El servicio Autónomo para el desarrollo ambiental del Amazonas (SADA- AMAZONAS): La política ambiental y el desarrollo sustentable en el estado Amazonas. In: **Ambiente**, No. 47. Caracas: Fundambiente, **1978**.

GENATIOS, Eduardo. “El desarrollo sustentable y la frontera venezolana”. In: **Ciclo Fronteras: Seminario Desarrollo Sustentable y Fronteras**. Comisión de Estudios Interdisciplinarios, Caracas, UCV. Año 2- No. 6 / diciembre 1999.

MARNR- Ministério del Ambiente y de los Recursos Naturales. **Principales problemas ambientales en Venezuela**. Caracas: Fundambiente, 1998.

MARN- Ministério del Ambiente y de los Recursos Naturales. **Primer Informe de Venezuela sobre Diversidad Biológica**. Caracas, 2000.

MEDINA PUIG, Maria Elena. “El estado Amazonas y el estilo de desarrollo sustentable”. In: **Ambiente**, No. 47. Caracas: Fundambiente, 1978.

MEDINA PUIG, Maria Elena. “Proyectos que se desarrollan em el estado Amazonas de Venezuela”. In Brito Franco , H. (org). **Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no Trópico Úmido**. Belém: UFPA, POEMA, 1994.

RUIZ MANTILLA, Lucy. “El escenario de los proyectos integrales, sustentables y participativos: el caso de la Amazonía Ecuatoriana”. In Brito Franco , H. (org). **Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no Trópico Úmido**. Belém: UFPA, POEMA, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Asamblea Nacional Constituyente. Caracas, 1999.

Sites

Venezuela

<http://www.fpolar.org.ve>

<http://www.terraviva.org>

<http://www.a-venezuela.com>

<http://www.fudena.org>

<http://www.orinoco.org>

<http://www.ciens.ula.ve>